

Priscila Ribeiro Dorella

FONDO DOCUMENTAL AFRO-ANDINO: PRESERVANDO A MEMÓRIA COLETIVA E CONECTANDO COMUNIDADES POR MEIO DA HISTÓRIA ORAL

Entrevista com Catherine Walsh

Imagem: Fondo Documental Afro-Andino (UASB-EC)

Dossiê "História e
Patrimônio na América
Latina: Diálogos críticos"

Fondo Documental Afro-Andino: Preservando a memória coletiva e conectando comunidades por meio da História Oral

Fondo Documental Afro-Andino: Preserving collective heritage and connecting communities with Oral History

Fondo Documental Afro-Andino: Preservar la memoria colectiva y conectar comunidades a través de la Historia Oral

Entrevistadora: Priscila Dorella

Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Membro permanente do corpo docente do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da mesma instituição.

Entrevistada: Catherine Walsh

Pedagoga decolonial, comprometida com diversos processos e lutas de indígenas, afrodescendentes e imigrantes nas Américas.



Catherine Walsh (à direita) com Mamá Zoila Espinosa (à esquerda) e Juan García Salazar (centro) em foto de Hugo Pavón. Imagem cedida pela entrevistada.

Conheci Catherine Walsh durante o fim da pandemia da Covid-19 em Quito, no Equador. A partir da nossa primeira conversa sobre o pensamento crítico decolonial, tive a oportunidade de conhecer o maior acervo de materiais orais, visuais e escritos, elaborado pelos próprios povos afrodescendentes da América Latina, localizado na Universidad Andina Simón Bolívar (UASB). A entrevista que segue é fruto do nosso segundo encontro, desta vez virtual, ocorrido no dia 18 de maio de 2023, em que conversamos sobre a história oral, o Fondo Documental Afro-andino e o decolonial.

Aprendemos do outro para servir ao outro.

Sabedoria dos povos afro-andinos
Juan García Salazar

Priscila Dorella [PD]: Levando em consideração os desafios políticos, sociais e econômicos de preservar a memória coletiva dos povos afrodescendentes na América Latina, como foi possível a construção do maior fundo documental de afrodescendentes na região? Quem iniciou esse processo? Qual foi a política de preservação adotada?

Catherine Walsh [CW]: O afro-equatoriano Juan García Salazar ficou conhecido como o avô do movimento afro no Equador. Ele se auto-identificava como o trabalhador do processo de comunidades negras. Para muita gente das comunidades, Juan García foi o historiador, o líder e o semeador cultural de todo o processo afro do país. Ele formou um grupo nos anos de 1970, com homens e mulheres afro-ativistas e intelectuais que criaram o Centro Cultural Afro, e tomaram como responsabilidade gravar histórias de vida de avós e avôs. Começaram, então, a fazer um arquivo da memória coletiva afro-equatoriana... Aí se iniciou um processo de testemunhos, de narrativas, de histórias de vida em suas reflexões sobre saberes, sobre como era a vida antes e,

inclusive, qual era memória da escravidão... O resultado foi a construção de um arquivo bastante amplo e bastante rico em termos de conhecimentos. Esse grupo foi guardando por muito tempo as fitas cassetes, as fotos, algumas impressas, outras em negativos ...e, claro, com o passar do tempo as condições climáticas não ajudaram. É que os documentos ficavam em Esmeralda, na costa do pacífico, sem estarem em condições de conservação adequadas, sujeito aos problemas de umidade como o surgimento de fungos que começaram a comprometer o material. Assim, no final dos anos de 1990, precisamente em 1999, Juan García me procurou para passar alguns encargos iniciais. Como parte desses encargos e trabalhos em conjunto, nasceu o Fondo Documental Afro-andino, em 2002.

Vou colocar as coisas em contexto para vocês entenderem um pouco melhor a história do Equador. Em 1998, a Constituição do Equador reconheceu a presença do povo afro-equatoriano. Não existia em toda a história do Equador nenhum documento que mencionava a presença da população afrodescendente, inclusive os documentos de abolição não mencionavam nem mesmo quem eram os escravizados. É como se não existissem. É como se os afro-equatorianos não existissem. Todo um legado de luta apagado. Então, em 1998, quando a Constituição nomeou e reconheceu a presença do povo afro junto com os direitos indígenas, a Constituição colocou uma frase como – esses direitos podem aplicar também aos povos afro-equatorianos.... Aí se iniciou um grande debate entre as organizações afro no Equador. O que significa direitos para os povos afrodescendentes da mesma forma que para os povos indígenas? É que a partir dos direitos adquiridos pela população indígena se formaram os direitos dos afro-equatorianos. Para o Estado não havia diferença entre o indígena e o afro. Em janeiro de 1999, quando foi aprovada a Constituição, eu

organizei na Universidade Andina a primeira reunião para refletir sobre a Constituição e seus direitos afros, e havia cerca de 400 pessoas afros que vinham de todo o país para conversar e refletir sobre isso. E no meio do público estava Juan García. Eu não o conhecia, mas observei nessa reunião como todas as comunidades afro tinham um enorme respeito por ele. E um ou dois ou três meses depois, ele chega na minha sala de trabalho da universidade com dois líderes de Palenque, território quilombola, e me diz: temos um encargo para você. Aceita? Eu disse: Qual é o encargo? Não vamos dizer. Aceita ou não? Então, aceitei. E isso iniciou um grande processo de caminhada com Juan García que envolveu um montão de coisas, incluindo já no ano 2002 a formação do Fondo Documental Afro-Andino.

A partir de encargos que me dava e do trabalho que fizemos em conjunto, Juan García decidiu que era importante colocar todo o material de memória de seu povo em um lugar onde podiam ser guardados, classificados, digitalizados para que a comunidade tivesse acesso e também os pesquisadores e pesquisadoras. Isso foi em 2000, foi todo um processo muito longo. Em 2002, oficializamos o fundo e começamos o trabalho de organizar todo o material que chegava à universidade em caixas. A maioria das caixas sem classificação, nem nada. Desde 2002, até hoje parte do trabalho foi sobre como classificar, digitalizar fotos, gravações, testemunhos... Hoje, temos uma página na internet (<https://fondoafro.uasb.edu.ec/>), quem tem interesse pode acessar e pedir acesso a todo esse material solicitando autorização e explicando com qual objetivo vai utilizar. E os direitos? Eles seguem sendo os direitos da comunidade porque o material pertence a comunidade. Juan García faleceu, em 2017, e antes formou um Conselho Comunitário do Fondo com representantes do Processo Comunidade Negra destinado a dirigir o acervo em conjunto com a biblioteca da Universidad Andina Simón Bolívar. Devo dizer que estou

fora da universidade porque aposentei e me desinstitucionalizei, mas o Conselho Comunitário me pediu para fazer parte do grupo e eu sigo com esse vínculo. Juan García me deixou um encargo enfatizando a necessidade de devolver esses materiais em forma útil ou acessível para as próprias comunidades afro-equatorianas. Durante a pandemia, comecei um processo tanto no território ancestral que é Esmeraldas, que fica na parte norte do Equador, na costa da fronteira com a Colômbia, quanto na parte inter-andina, que se chama Valle de Chota. Trabalhei nos últimos anos em ambas as partes por meio de conexões virtuais. No vale de Chota, trabalhei em três colégios, que são nomeados de Guardiães de Saberes, com um grupo de docentes que estão utilizando os materiais do acervo e com estudantes e membros da própria comunidade. Isso é um pouco a história do fundo documental, que começou nos anos 70 e se transformou em um arquivo vivo, de memória coletiva viva que foi sendo alimentado ao longo do tempo. Começamos com três mil horas de gravação e mais de dez mil fotos e com o passar do tempo vem crescendo ainda mais. Nesse momento, que eu saiba, é o maior arquivo da memória de afrodescendentes da América Latina.

PD: Essa experiência é realmente interessante porque parte da demanda do próprio movimento de afro-equatorianos e conta com o apoio da universidade. E o seu trabalho, Catherine, foi também de tornar esse material efetivamente acessível para as comunidades, mais até do que pensar sobre a produção de trabalhos científicos. Gostaria de saber um pouco mais sobre o que pensa da oralidade e a como fazer dela história.

CW: O uso da história oral na universidade é distinto do uso da comunidade. E sabemos que a universidade tenta muitas vezes extrair o conhecimento sem nenhuma contrapartida social, é o extrativismo

epistêmico que segue vigente em diversos países. Conto um pouco sobre essas diferenças com as fotos que vocês podem ver no Fondo Documental Afro-andino, disponíveis na internet <https://fondoafro.uasb.edu.ec/>. Bem, devo dizer que trabalhei três anos com Paulo Freire e também vários anos na educação popular. Isso segue sendo a minha base pedagógica. E o que faço com a comunidade e com os docentes dos colégios Guardiões dos Saberes é mostrar como podemos utilizar as fotos como uma possibilidade de História Oral. Por exemplo, seleciono e mostro uma foto de como foi a construção das casas, com que materiais se fez as casas antes... Como você sabe, em muitas comunidades não há internet...Tiro uma cópia da foto e trabalhamos com a foto e pergunto ao grupo. O que veem na foto? Aí começa toda uma questão de construir a memória coletiva... de como eram as casas...como eram os espaços de dentro... por que era assim... por quê a gente se mudava das casas...quem tinha casa assim...alguém recorda quem viveu na casaAssim, vai se estabelecendo outra relação com a foto e com a memória....É um trabalho de memória. Outro passo é gravar como registro de uma memória coletiva sobre esse passado relacionado à foto. Uma única foto pode ser o centro de um debate coletivo sobre um passado comum que dura horas... e que continua quando eles comentam com suas famílias... com os estudantes... com a comunidade.

É importante não deixar passar o que foi dito nesse momento do diálogo porque serve como uma fonte de memória coletiva viva que registra como a gente da comunidade começa a elaborar o conhecimento... Isso é bem distinto do que poderia suceder na universidade...ou como a universidade considera a História Oral e a memória coletiva oral como uma fonte de conhecimento... Sim, gravações e vídeos são importantes, mas também é importante o escrito porque pode também passar de geração para geração de uma

outra forma. Esse trabalho é muito distinto do artigo acadêmico. Para mim, o mais importante é como esse material serve a comunidade e aos seus processos intergeracionais. Uma das coisas que estamos desenvolvendo com os docentes das escolas quilombolas são cartilhas sobre esses processos.

A História Oral foi disciplinada dentro da universidade, mas não com o mesmo uso das comunidades afro-equatorianas, tanto urbanas quanto rurais. Como dizia Juan García, a história oral para as comunidades afro-equatorianas não se separa da memória coletiva, estão juntas, não se pode separar. Isso é um pouco diferente da disciplina acadêmica de História, que nem sempre considera a memória coletiva como algo vivo. Até a subcategoria da disciplina que é história oral muitas vezes dissocia a história da memória coletiva.

Existe no site da universidade uma cópia digitalizada de todos os textos que escrevi com Juan García para uso livre (<https://repositorio.uasb.edu.ec/handle/10644/5135>). Destaco também um livro que escrevemos juntos – *Pensar sembrando/sembrar pensando con el Abuelo Zenón*, que é um livro sobre memória coletiva e história oral, escrito em três distintas tipografias– o de Juan García, o meu e do avô Zenon, que foi o avô de Juan García. O avô Zenon se tornou um avô de todos das comunidades afro-equatorianas que consideravam a palavra ancestral. Não é algo do passado, o avô Zenon sempre falou do presente. E as pessoas da comunidade falam a partir da palavra do avô Zenon. Mas veja que interessante, não há um arquivo do que disse Zenon. As pessoas vão citando o que ele disse e imaginando o que ele teria dito e isso forma a memória coletiva viva da comunidade. É outra forma de pensar a História Oral. Esse livro é utilizado como um livro de filosofia em alguns territórios afro-equatorianos. Dentro da Universidad Andina Simón Bolívar,

recebemos pesquisadores de diversos países para escrever artigos científicos a partir do fundo com distintos usos.

PD: Essa metodologia é mesmo instigante para pensarmos sobre História Oral. Qual o seu ponto de vista sobre a relação do estado com a memória coletiva? A memória coletiva deve ser patrimonializada?

CW: É importante dizer que estou contra o patrimônio, contra esse conceito, por várias razões. Primeiro porque é o Estado que nomeia e reconhece o que é patrimônio e o que não é. E ao fazer de comunidades quilombolas patrimônio nacional ou patrimônio latino-americano tira a autoria das comunidades e a coloca como acervo e arquivo do Estado. Tivemos um debate muito forte no Equador, durante o governo de Rafael Correa (2007-2017), que tomou o caminho de pensarmos que todas as fontes de história oral tinham que ir ao Estado. Aí um dia, uma pessoa do governo apareceu em meu escritório dizendo que estava lá para gente doar o acervo afro-equatoriano para colocar dentro do site oficial do Estado e considerar parte do Instituto de Patrimônio. Ou seja, essa é uma forma de extrativismo, o Estado é o dono e ele vai proteger o acervo. E a perspectiva de Juan García e dos líderes da comunidade afro-equatoriana era outra. Eles disseram não. É a memória coletiva deles, não do Estado. Essa memória foi construída apesar do estado e contra toda a exclusão social que esse mesmo Estado promoveu. Aí o Estado vem e diz, agora somos nós que cuidamos e que tomamos como nosso. Isso para mim é um problema. Alguém poderia dizer que o Estado poderia cuidar de defender, reconhecer, guardar, preservar e difundir a história oral dos povos afrodescendentes como patrimônio nacional. Isso poderia ser e é importante, mas isso é parte de um mundo ideal. Sabemos que os estados nacionais têm interesses muitos distintos e seguem com suas formas de epistemicídios, de

racismo, de línguacídios, de expulsão territorial etc. Então, para mim, o patrimônio não pode ser visto de forma separada da realidade de que esse é o Estado real e, hoje em dia, podemos dizer, até mesmo, que esse Estado real é corporativo. Sim, porque os Estados não são apenas nacionais, mas estão em conexão com um sistema de poder capitalista colonial que tem outros interesses que vem de outras partes do mundo. Eu pessoalmente tomo distância da noção de patrimônio. É importante tensionar essa noção de patrimônio levando em consideração a compreensão das comunidades, que vem de baixo e que surge com suas próprias formas de preservar e difundir a História oral.

PD: Sim, isso faz sentido. Mas é possível descolonizar o patrimônio?

CW: Isso é como regressar ao debate como descolonizar o Estado, não? Em vários governos progressistas, inclusive o de Rafael Correa no Equador, tivemos esse debate. O que implica quando o Estado utiliza a palavra decolonial? Gabriel Boric está utilizando no Chile, López Obrador está utilizando no México e a Venezuela tem um instituto de decolonialidade dentro do Estado! Bem, a minha perspectiva é particularmente relacionada à questão do patrimônio, isso não é uma perspectiva que se sustenta de cima para baixo com algumas pessoas das comunidades que dizem que apoiam se é o Estado que na verdade decide. Deve ser sempre de baixo para cima. Compreendo que temos que chegar em um espaço de negociação, mas o que fazer quando o Estado decide que vai convidar alguns representantes das comunidades para fazer esse processo. Ou seja, a forma de conceituar esse processo vem de cima para baixo, muitas vezes, negando perspectiva de baixo e práticas que poderiam apontar processos muito distintos. O Fondo Documental Afro-Andino não nasceu porque a Universidade Andina decidiu, o acervo nasceu porque a comunidade

afro decidiu que necessitava de um lugar para guardar e preservar e classificar esse material. A universidade não é a dona, é um convênio com a comunidade. Os donos são a comunidade. A universidade tem o papel de preservar esse material e apoiar processos técnicos. Isso é muito distinto do patrimônio organizado desde cima. Não estou dizendo que temos que esquecer a importância do Estado ou os processos que podem ser importantes, como o processo de repensar o patrimônio. O que estou dizendo é que temos que ver com olhos muito críticos o patrimônio e sua apropriação dos estudos decoloniais. Patrimônio aponta para a pátria, que historicamente excluiu a gente que agora inclui. É interessante pensar em arquivos vivos que podem ter apoio do Estado, construir espaços virtuais de comunicação, debater sobre estratégias de difusão do conhecimento produzido dentro da universidade sobre essas populações... isso tudo leva a perspectivas críticas do patrimônio hoje. Como criar arquivos de fácil acesso para as comunidades? Com quais usos pedagógicos? Como descolonizar a noção de patrimônio não apenas para ser reconstituído, mas também para ser repensado? Isso deve ser feito baseado nos interesses, usos e papel das comunidades...

PD: Como conectar a memória coletiva viva dos afro-equatorianos com outras regiões da América Latina?

CW: Podemos pensar em conectar a história oral afro-brasileira e afro-equatoriana, afro-mexicana, afro-colombiana... Existem distintas formas de pensar com as universidades... ver as fotos, escutar algumas gravações... ressignificar histórias. A universidade pode atuar como facilitadora... Claro que temos problemas com português e espanhol nos processos de integração, mas podemos usar imagens também. Não podemos também desconsiderar que as pastorais também guardam importantes acervos indígenas e de afrodescendentes...

Sabemos que a Igreja foi e é problemática na história da América Latina, mas há padres, como o padre Rafael Savoia na Colômbia, dispostos a servir a preservação da memória coletiva dos afro-colombianos. Assim, vamos buscando novos caminhos...

PD: Como podemos contribuir com histórias orais produzidas na universidade comprometidas com a ética?

CW: Uma ética individual, com uma verdade única que tenta avaliar, hierarquizar, questionar a nível moral não pode servir... Ela é capaz de construir uma noção de pesquisa que julga o que é o que não é A disciplina acadêmica que julga o que é uma investigação acadêmica e o que não é tem uma série de critérios que parecem universais, ocidentalizados, normatizados... que não permite uma pessoa investigar, por exemplo, a sua própria comunidade porque não tem neutralidade e objetividade. Isso precisa ser questionado. Refletir sobre o que sucede com a ética do conhecimento leva a outros sentidos que nos permite considerar a relacionalidade, desde onde construímos o conhecimento... A ética das universidades é uma ética linear onde o local, a autonomia e o pensamento crítico dão lugar ao produtivismo capitalista que diz necessitar desse sistema para sobreviver... tensionar a palavra com a ideia do patrimônio, com outras práticas éticas não institucionalizadas pode ser um caminho.

As perspectivas decoloniais abrem possibilidades de esperança, mas esperança de letra pequena... é uma contra proposta... que aponta um caminho de existência de vida relacional que o sistema mesmo quer romper, é insurgente e desobediente. Como a noção de patrimônio aponta para um nível de entendimento autocentrado que não percebe os usos fora da academia e do mundo estatal....A ética deve ser pensada aí como uma possibilidade de liberação....A ética imposta nas universidades é uma ética linear onde o local, a autonomia e o

pensamento crítico dão lugar ao produtivismo capitalista. Tensionar a palavra ética relacionando com a questão do patrimônio gera a possibilidade de ver outras práticas não institucionalizadas, outras éticas comunitárias.... É preciso pensar em uma noção coletiva, e não individual para questionar a mesma ética. É possível ver isso na potência poética da Cora Coralina ou do Slam Favela com suas letras carregadas de narrativas críticas acirradas. Essas poesias estão para além do entendimento de que se trata de um gênero literário ao fazer um convite para repensarmos as nossas realidades atuais potencializando a História Oral e o conhecimento ético.

Para saber mais

Catherine Walsh y Juan García Salazar, "Sobre pedagogías y siembras ancestrales", en *Pedagogías decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*, Tomo II. ed, Catherine Walsh. Quito: Abya-Yala, 2017. (disponível em

<https://repositorio.uasb.edu.ec/handle/10644/5135>)

Vídeo: [¿Qué es el Fondo Documental Afro-Andino?](#)

[Memoria colectiva, escritura y Estado. Prácticas pedagógicas de existencia afroecuatoriana](#), *Cuadernos de literatura* (Universidad Javeriana, Bogotá), 38, 2015, p. 79-98.

Vídeo: [\(Po\) éticas Transgressivas e Decoloniais](#)

[Sobre pedagogías y siembras ancestrales](#), en *Pedagogías decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*, Tomo II. ed, Catherine Walsh. Quito: Abya-Yala, 2017.